ANTI
CAPITA
LISTA

N.º 31 (SÉRIE II) – SETEMBRO 2020

REGRESSO ÀS AULAS
PP.04-05

80 ANOS DO ASSASSINATO DE LEON TROTSKY
P.07

VIDAS OU LUCROS? RECOMEÇAR

NÃO HÁ BECOS SEM SAÍDA

Enquanto o mundo soma milhares de vidas devastadas pela COVID19, a crise para lá da crise pandémica alastra e apresenta-se com todos os seus perigos.

Vidas ou lucros? A desigualdade entre classes e entre países é um jogo de cartas marcadas na resposta à pandemia, mas contam as opções políticas e a relação de forças. Depois da China e Europa, EUA e Brasil são hoje os dois maiores focos da doença. A negação das evidências científicas e a defesa dos lucros à frente das vidas podem bem vir embrulhadas na fanfarronice trumpista ou na bestialidade bolsonarista, mas carregam consigo um modelo de destruição de vidas que pode vir a ser testado, com outro matiz, em futuras vagas da doença.

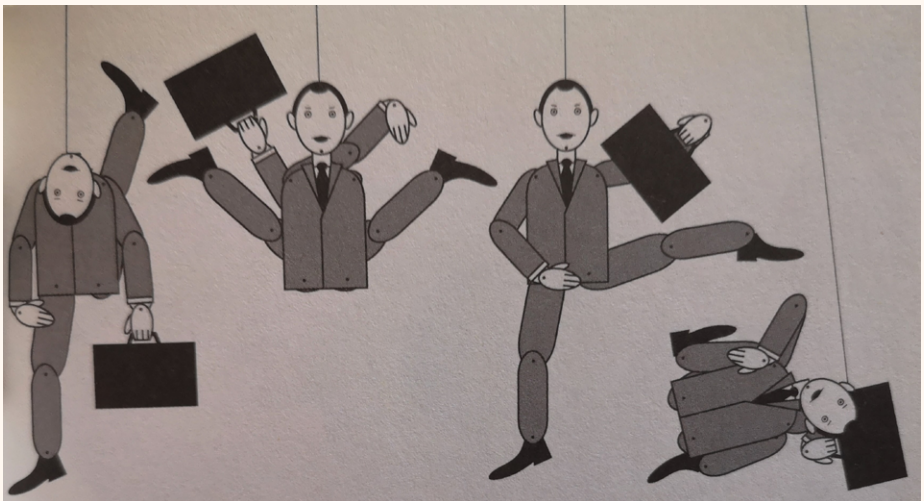
Tempo perdido ou chantagem política? A insuficiência e o atraso da resposta europeia não representam apenas dificuldades nas medidas a adotar. O modelo tutelado do "plano de recuperação" fica bem espelhado na tentativa de condicionamento das "reformas" em cada país. O que já se adivinha ser um valor muito abaixo do necessário é acompanhado na sua negociação pela sombra troikista que paira sobre os países do sul, carregando promessas de precarização laboral e pressão sobre as pensões. Já vimos este filme e não podemos aceitar pagar a segunda crise de uma geração.

Em rede. É fundamental encontrar os caminhos da mobilização e das soluções que protejam os salários, os empregos, as pensões, as vidas. A afirmação de uma maioria popular em favor do SNS e do reforço dos serviços públicos é hoje uma força para o avanço das escolhas concretas no modelo de Estado social. Mas viveremos tempos de crise profunda. Na Escola pública e nas Universidades, assim como nas respostas sociais e de saúde, problemas novos somam-se já a insuficiências antigas. Na pressão sobre os rendimentos e no ataque aos direitos laborais, não faltarão novos entusiastas pela receita austeritária e fantasmas de governos passados, numa sanha de acerto de contas. Neste embate, desengane-se quem acha que pode ficar a meio da ponte.

Recomeçar. A pandemia alterou a forma como nos relacionamos e como nos organizamos na luta anticapitalista. O cuidado do distanciamento criou dificuldades na mobilização social e testamos ainda novas formas de comunicação. A esquerda pouco ganhará em cristalizar posições sobre iniciativas e calendários passados. Em setembro, o recomeço das lutas será diverso, em contextos muito variados consoante a relação de forças.

Tarefas urgentes. Juntar vontades onde temos experiência acumulada (direitos laborais, serviços públicos, luta climática), articular programa onde temos novos protagonismos (luta antirracista e feminista), criar experiência onde tanto precisamos de transformação (redes de solidariedade e direitos sociais).

Neste caminho, perderá quem acha, como o PS, que as soluções concretas passam por uma política do ultimato. Não é somando medo ao medo que venceremos a crise. O Bloco de Esquerda é hoje uma referência das lutas populares e uma garantia no enfrentamento ao abuso. Contamos com essa clareza na luta anticapitalista e no esforço coletivo da defesa das vidas e dos direitos.



Esta é uma publicação da **Rede Anticapitalista**, em que se juntam militantes do **Bloco de Esquerda** que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

2 **Editorial**
Não há becos sem saída

3 **Nacional**
Crise(s), precariedade e as lutas do futuro
Inês Barbosa

4 **Educação**
A Escola da pandemia
Rita Gorgulho

5 **Ensino superior**
O que a crise revela? O velho normal do Ensino Superior Público
Hugo Monteiro e Jorge Albuquerque

6 **Internacional**
O Novo Triângulo da Direita na Era Trump-Orbán-Netanyahu
Catherine Samary

7 **Evento: 80 anos do assassinato de Leon Trotsky**
Trotsky é um ponto de apoio indispensável
Daniel Bensaïd

8 **Leituras**

8 **Acontece**

8 **Escutas**

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Andreia Galvão
Beatriz Simões
Hugo Monteiro
Mafalda Escada
Rodrigo Rivera
Tatiana Moutinho

Participaram nesta edição
Adriano Campos
Andrea Peniche
Inês Barbosa
Hugo Monteiro
Jorge Albuquerque
Marco Mendes
Rafael Henrique Victório (aka DJ Farofa)
Rita Gorgulho
Sofia Oliveira
Tatiana Moutinho

Capa
adaptação de foto de Miguel Bruna, Unsplash Photo Community

Depósito Legal
441931/18

Contactos
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**

CRISE(S), PRECARIEDADE E AS LUTAS DO FUTURO

INÊS BARBOSA

E eis que, de novo, a crise nos bate à porta. "De novo ou ainda?" podemos perguntar. Apenas seis anos se passaram desde que a Troika saiu do país, deixando atrás de si um rasto de destruição: falências e desemprego em massa (em particular no sector juvenil); níveis de precariedade laboral difíceis de contabilizar; um retrocesso abrupto no que concerne aos direitos e garantias sociais; e um saldo migratório que fez de Portugal, novamente, um "país de emigrantes". A ligeira retoma económica que se fez sentir nos anos seguintes - impulsionada em parte por um governo mais à esquerda - foi incapaz de reverter os efeitos devastadores da crise económica e das políticas de austeridade.

Por outro lado, foi precisamente durante esse contexto social e político que se introduziram mecanismos de cariz neoliberal no campo da habitação, baseados na ausência da intervenção do Estado, tais como a Autorização de Residência para Atividade de Investimento (vulgo, Vistos Gold), o Regime Legal do Arrendamento Local ou o Regime Excecional de Reabilitação Urbana. A crise foi, pois, o pretexto para lançar o turismo como eixo privilegiado de recuperação financeira, com o lado adverso da moeda: o agudizar dos processos de gentrificação e a consequente subida dos preços da habitação.

Em 2019, pouco antes de nos debatermos com esta pandemia, vários estudos nacionais e internacionais (entre os quais, o relatório da OCDE sobre a "squeezed middle class", o relatório do Observatório das Desigualdades ou o estudo do INE sobre a inserção laboral juvenil) atestavam aquilo que se observava a olho nu: a espinha dorsal do mercado de trabalho português mantinha-se alinhada com os baixos salários e a precariedade generalizada, ao mesmo tempo que o peso do arrendamento nos orçamentos familiares crescia exponencialmente, em particular nas maiores cidades. Não era difícil de prever que uma situação dramática como a do Covid 19 haveria de desestabilizar as frágeis estruturas que entretanto se haviam montado.

Não sendo os únicos, os mais jovens têm sido um dos grupos sociais mais afetados pelas duas crises consecutivas no espaço de dez anos: por um lado, porque elas se deram precisamente numa altura em que estes/as se procuravam inserir nas brechas de um mundo de trabalho competitivo, por outro porque são quem melhor representa as trajetórias e vínculos instáveis e a ausência de proteção social. A experiência de precariedade é plural e fragmentada, na medida em que não se limita a determinada faixa etária, a pessoas com habilitações reduzidas ou a determinadas áreas laborais. Mas a precariedade é sobretudo dilacerante, pois os seus impactos vão bem além das dimensões objetivas da vida e do quotidiano, como não ter rendimentos suficientes ou acumular empregos pontuais. Abrange também aspetos subjetivos não menos importantes: a angústia de não saber como gerir as parcas economias; a frustração de se manterem numa condição de semi-autonomia: a sensação de incerteza e de vida no limite; a incapacidade de traçar planos ou objetivos de futuro.

A crise do covid 19 tem contornos muito distintos da que foi provocada pela Recessão de 2008, mas a desigualdade estrutural na Europa e no globo sentir-se-á como anteriormente. Países mais ricos e desenvolvidos serão capazes de suster as quebras financeiras e apoiar devidamente os seus cidadãos. Países com uma economia débil, como Portugal, terão dificuldades em impedir que uma crise sanitária não se transforme rapidamente numa crise económica e social.

O ressurgimento ainda tímido de alguns coletivos ativistas dá-nos alguma esperança. Será esta nova (ou velha) crise, o impulso para uma vaga de ação coletiva contra a precariedade depois de um período relativamente longo de adormecimento? Será a altura de aliar a luta pelo trabalho digno ao movimento pelo direito à habitação e à cidade? Seremos nós capazes de transformar esta "crise numa oportunidade"?

A ESCOLA DA PANDEMIA

RITA GORGULHO

Vivemos um momento distópico. Se há um ano nos dissessem que um vírus potencialmente mortal, com propagação mundial, iria obrigar a sociedade a confinar-se e lentamente reinventar-se em todas as suas dimensões sociais, provavelmente não iríamos acreditar. O argumento de ficção científica em que as nossas vidas se transformaram obrigou-nos a olhar para a escola e para os problemas que já lá estavam, de forma mais ou menos encoberta, e encará-los de frente. De facto não foi a pandemia que gerou a desigualdade profunda que atravessa o nosso sistema educativo, mas contribuiu decisivamente para a por a nu.

A escola que a pandemia impôs foge da realidade comum que alunos, pais e professores conheciam até março de 2020. A nova realidade ultrapassou a ficção e todos tiveram de se adaptar da noite para o dia. Os alunos foram afastados do espaço escolar, do contacto direto com os pares e com os professores, e, em muitos casos, dos próprios meios logísticos necessários para participar nas atividades letivas. O #EstudoEmCasa foi um esforço, tremendo e bem conseguido, de contornar um problema estrutural: o facto de perto de 50 mil alunos não terem acesso à internet – um direito considerado essencial pela ONU. Nestas condições, todo o trabalho feito pelas escolas junto das comunidades foi colocado em causa.

A escola da pandemia expôs e agravou o fosso entre os alunos oriundos de agregados com maiores dificuldades económicas, com qualificações mais baixas e piores expectativas, os mesmos que já registavam os piores resultados nos exames nacionais e as mais altas taxas de retenção. O maior afastamento da escola deu-se precisamente naqueles que se viram subitamente privados do contexto escolar, já que se viram impedidos de acompanhar ao ensino à distância que consubstanciou o 3.º período deste ano letivo. Ao longo destes meses foi possível constatar que foram as escolas com contextos mais difíceis que se viram mais condicionadas na aprendizagem que proporcionaram, a partir do momento em que ela passou a depender dos meios disponíveis em casa dos alunos.

Não podemos esperar que um país de contrastes, caracterizado por um território absolutamente desigual consiga, à distância, garantir os meios que permitam mitigar os nichos homogéneos que reproduzem e vincam as suas características, onde populações vivem isoladas nas suas ilhas, seja no Restelo ou no Vale de Alcântara.

Por outras palavras, esta pandemia agravou uma realidade que não desaparecerá se assumirmos que basta abrir as portas das escolas para que elas funcionem como espaço de oportunidade e igualdade. Mais do que diagnosticar essa desigualdade e até transformá-la num mero argumento noutras lutas, é preciso combatê-la em todas as suas vertentes.

O desafio que se coloca agora com particular importância é o de não fomentar a elitização de umas à custa da estigmatização das outras. O sucesso dos alunos com maiores dificuldades, dos que foram "ficando para trás", é o sucesso da sociedade. Esses alunos têm de ver garantido um apoio sistemático, individualizado e constante por parte da comunidade educativa em que estão inseridos. E isto não quer dizer mais escola, mas sim melhor escola.

Agora seria o momento de lhes dar as condições necessárias para que esta aparente utopia pudesse tornar-se realidade. Com turmas mais pequenas, com mais professores que pudessem acompanhar efetivamente cada aluno, com equipamento informático atualizado e com alimentação gratuita para todos os beneficiários de ação social — porque ninguém aprende de barriga vazia. E não esquecendo de envolver toda a comunidade educativa.

A escola tem de ser o local em que se constroem cidadãos à imagem da sociedade que queremos. Com todos e para todos. Agora, mais do que nunca, com o distanciamento físico a que a pandemia obriga, a escola não se pode render ao distanciamento social. É precisamente para combater esse fosso que existe a escola pública.

O QUE A CRISE REVELA? O VELHO NORMAL DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

HUGO MONTEIRO E JORGE ALBUQUERQUE

Nas páginas desta mesma Revista, a socióloga Eva Illouz assinalou o modo como as crises revelam "estruturas mentais e sociais tácitas" nem sempre visíveis a olho nu. Na sequência da atual crise pandémica, falar de Ensino Superior Público (ESP) é mergulhar diretamente neste efeito revelador. Não é de agora o subfinanciamento, a precariedade, a lógica economicista num ESP hierarquizado e mercantil. Não são excecionais as flexibilizações de horários de trabalho ou a tecnocracia camuflada no imperativo da "modernização". O que a situação sanitária revelou foi um cenário nada animador, cujo agravamento no futuro próximo é preocupação mais do que expectável. Resumiremos esta preocupação em três vertentes interligadas.

A SEDUÇÃO DO TELETRABALHO

O combate pela avaliação justa e contínua ou por relações equilibradas e horizontais na Academia conheceu avanços e recuos, consoante épocas, cursos e instituições. A rejeição do ensino mumificado da velha sebenta foi luta permanente de vários movimentos estudantis. Mesmo que o papel amarelecido do manual ou a repetição do rudimentar acetato tenha dado lugar à dinâmica aparente do diapositivo ou ao infinito repositório da internet, as velhas práticas mudam frequentemente para que tudo fique na mesma. O teletrabalho, no suspeito entusiasmo com que foi acolhido pelas cúpulas dirigentes de instituições de ESP, revela precisamente o sentido apressado do que se considera "modernização". Proclama-se que o ano letivo prestes a iniciar privilegiará um ensino presencial complementado com ensino à distância. Pergunta-se pelo debate em torno deste tipo de soluções, a quem compete dar-lhe sequência e que participação se espera dos seus vários agentes. É urgente discutir realmente o ensino à distância, mas também a importância das sociabilidades nos espaços das faculdades sem ceder à pressão da urgência ou aos objetivos únicos da contenção de custos e da tecnocracia.

A OCULTAÇÃO DAS DESIGUALDADES

São conhecidos os números que colocam Portugal como um dos países em que o esforço do financiamento do Ensino Superior recai em grande medida nas famílias. A par das propinas, a Ação Social insuficiente ou a oferta reduzida de alojamento acessível para estudantes deslocados/as, em cidades tantas vezes sujeitas a especulação imobiliária, contribuem para o insucesso no ESP. Uma vez mais, o cenário pandémico agravou a situação de quem não tem condições para preservar condignamente o seu percurso estudantil. Enquanto se tecem loas ao modo como se respondeu à emergência, gabando a pretensa adaptabilidade de professores e estudantes a um "novo normal" acolhido às cegas, permanecem ocultas as horas de trabalho e o esforço suplementar, da parte dos professores, e as condições assimétricas de vida e de trabalho, do lado de estudantes.

MISSÃO DO ESP E DINÂMICAS DE CRISE

As orientações do executivo quanto ao que nos espera são difusas e muito pouco tranquilizadoras. Sujeito como nunca a lógicas de competitividade e de produtivismo, o ESP perde-se da sua dimensão crítica e agrava a sua subjugação ao individualismo, numa realidade socialmente fraturada e profundamente desigual. Espera-se, neste sentido, que se possam criar dinâmicas que permitam: rejuvenescimento de quadros entre docentes e investigadores/as; reabilitação do movimento associativo estudantil, bem como a organização coletiva dos/das profissionais envolvidos no ESP; revalidação da missão democrática e democratizadora do ESP; interação entre instituições e território numa perspetiva que se não subjugue a lógicas empresariais.

Pilar fundamental das sociedades democráticas, que são inevitavelmente sociedades de conhecimento e de crítica, é fundamental que o ESP não se perca da sua missão, disputando em contexto de crise as formas coletivas e participadas de moldar o futuro.

O NOVO TRIÂNGULO DA DIREITA NA ERA TRUMP-ORBÁN-NETANYAHU

CATHERINE SAMARY

A 8 de Julho de 2020 participaram numa videoconferência Viktor Orbán, Janez Janša e Aleksandar Vučić, respectivamente os chefes de governo da Hungria, Eslovénia e Sérvia. O moderador, François-Xavier Bellamy, foi o líder no Parlamento Europeu (PE) do partido de direita francês Les Républicains (LR) que, tal como os partidos dos líderes húngaros e eslovenos, é membro do Partido Popular Europeu (PPE) . Defenderam uma Europa "sem censura" que se protege dos "estrangeiros" (e das pessoas LGBT).

No contexto de uma crise profunda das alternativas socialistas, a adesão à União Europeia (UE) vista a partir do Leste apareceu frequentemente aos povos de Leste como sendo estando associada a direitos e como sendo preferível a uma periferização externa absoluta: é na Polónia ou na Hungria que ainda hoje encontramos as taxas mais elevadas de apoio popular à adesão à UE (mais de 70%). Simultaneamente, a degradação social e a corrupção associadas a uma privatização opaca, rapidamente se viraram contra os partidos que a tinham organizado na primeira década de "transição pós-comunista".

É por isso que, dez anos após a queda do Muro de Berlim, em 1999 - no final de uma intervenção da NATO (sobre a questão do Kosovo) que também se revelou altamente desestabilizadora para a região -, a União Europeia (UE) decidiu tentar estabilizar a situação, oferecendo aos partidos "liberais" a aceleração de um "regresso à Europa (civilizada)": foi uma escolha política destinada a opor-se tanto ao passado comunista como aos vários nacionalismos identificados como "pró-russos" na década de Putin. A primeira vaga de alargamento a leste da UE para os Países da Europa Central e de Leste materializou-se em 2004, nomeadamente com a adesão da Hungria e Eslovénia. A partir de 1999, esta abertura foi acompanhada por um "plano de estabilização" para os países dos Balcãs Ocidentais declarados "potenciais candidatos" com o objectivo de os vincular à UE - que incluía, nomeadamente, a Sérvia pós-Milosevic. Tudo isto levou, no início dos anos 2000, a um aumento do crescimento através do endividamento (com a abertura de filiais de bancos ocidentais no Leste), e a uma descolagem no investimento estrangeiro directo, atraído pelo "dumping social e fiscal".

A CRISE DE 2008-2009 E A ABERTURA DE UMA NOVA FASE DE POLARIZAÇÕES OPACAS

A crise bancária e financeira de 2008, seguida da recessão da UE, atingiu duramente a Europa de Leste. Pôs fim ao discurso da "recuperação", que foi agora substituído por um discurso de austeridade. Esta nova fase foi, e continua a ser, marcada por múltiplas explosões sociais. Mas as ilusões sobre um capitalismo "real" (por oposição à corrupção e às privatizações opacas) foram combinadas com a dificuldade de delinear alternativas progressistas credíveis.

O sucesso dos novos "populismos" de direita expressou-se na rejeição das forças identificadas como "de esquerda" e/ou "liberais", que tinham levado a cabo as privatizações que constituíam condição para a adesão à UE. Os novos conservadores rejeitaram-na enquanto"civilização decadente" que tolera o aborto e a homossexualidade, ao mesmo tempo que era (para alguns) dominada por judeus ou (para outros) invadida por muçulmanos. A Hungria de Orbán (e o seu partido, o Fidesz) abriria o precedente.

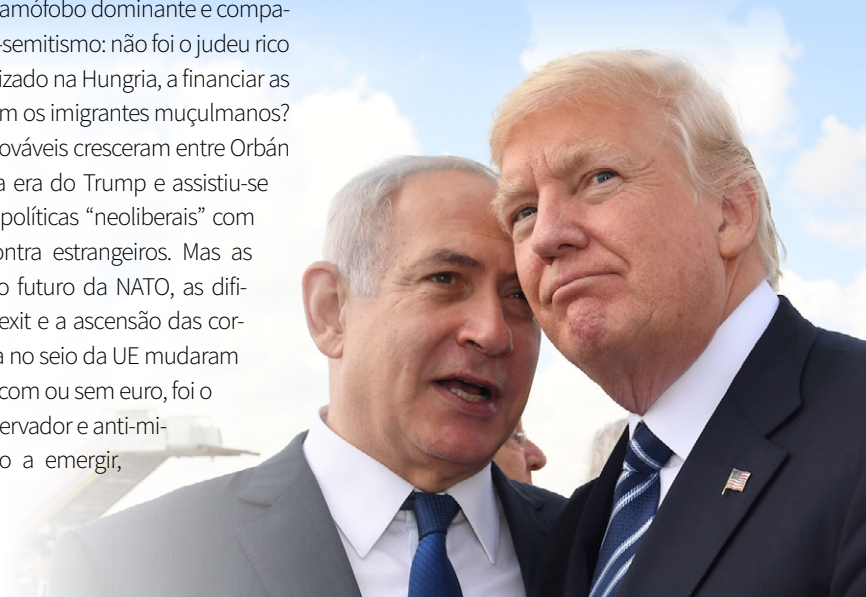
A chamada "crise dos refugiados" em 2015 radicalizou e unificou amplamente o discurso com um eixo islamófobo dominante e compatível com o anti-semitismo: não foi o judeu rico Soros, estigmatizado na Hungria, a financiar as ONG que apoiam os imigrantes muçulmanos? Encontros improváveis cresceram entre Orbán e Netanyahu na era do Trump e assistiu-se à etnização de políticas "neoliberais" com sentimentos contra estrangeiros. Mas as dúvidas sobre o futuro da NATO, as dificuldades do Brexit e a ascensão das correntes de direita no seio da UE mudaram as orientações: com ou sem euro, foi o eixo social conservador e anti-migrante que veio a emergir, com uma dimensão autoritária. Ao mesmo tempo, a diplomacia húngara virou-se a favor da Rússia de Putin, atingida pelas sanções europeias após a crise ucraniana de 2014 o que, por sua vez, encorajou a aproximação à Sérvia, dominada por Aleksandar Vučić: aqui estão todos os ingredientes da conferência de imprensa triangular.

UMA NOVA CORRELAÇÃO DE FORÇAS NA UE?

Aleksandar Vučić e o seu partido, inicialmente ancorado na chamada extrema-direita nacionalista sérvia "pró-russa", tornou-se o novo homem forte de um país que está agora a negociar a adesão à UE, como todos os restantes países dos "Balcãs Ocidentais". Mas isto não o impediu de se opor às sanções contra a Rússia. Vučić joga agora em todas as frentes (incluindo Trump, defendendo uma divisão étnica no Kosovo). No meio de um ressurgimento da pandemia, é acusado pela sua oposição de explorar esta situação para a amordaçar cada vez mais.

Os três líderes queixam-se de estigmatização - quando se gabam do apoio que receberam da China em relação à pandemia (mais rapidamente do que da UE), ou quando se limitam a expressar, dizem, "como viver". O líder esloveno diz: "A principal ameaça ao nosso continente é o marxismo cultural", que procura desmantelar a nação e a família *[1]*. Mas, tal com o líder húngaro, defende o alargamento da UE aos restantes países de Leste.

Pelo seu lado, a UE faz malabarismos com lógicas regionais "estabilocráticas" que a forçam a apoiar o regime de Aleksandar Vučić, apesar das mobilizações sociais que, há meses, se lhe opõem: por um lado, a UE joga a cartada das relações entre Belgrado e Pristina, e por outro, a do controlo da migração às portas de Europa na "rota dos Balcãs".



[1] http://www.internationalviewpoint.org/spip.php?article6717

TROTSKY É UM PONTO DE APOIO INDISPENSÁVEL

DANIEL BENSAÏD

Esse assassinato porquê? Se deixarmos de lado a personalidade perversa de Estaline, teríamos que voltar às últimas batalhas de Trotsky, isto é, todo o período mexicano durante o qual ele travou principalmente três grandes lutas em uma fase de esperanças em declínio.

Ele procurou, em primeiro lugar, evitar qualquer confusão possível entre revolução e contra-revolução, entre a fase de outubro de 1917 e o termidor estalinista. Faz isso organizando, desde a sua chegada ao México, por ocasião do segundo processo de Moscovo, a Comissão Internacional de Investigação presidida pelo filósofo norte-americano John Dewey. Quinhentas páginas de documentos desmontam o mecanismo de falsificação de amálgamas políticos. O segundo combate é a compreensão das amarras de uma nova guerra, numa fase em que os chauvinismos seriam exacerbados e os confrontos de classe, diluídos. Por fim, o terceiro combate, ligado aos precedentes, é o da fundação de uma nova Internacional proclamada em 1938, mas projetada pelo menos cinco anos antes, quando da vitória de Hitler na Alemanha, Internacional que ele não concebeu apenas como o encontro de marxistas revolucionários, mas como uma ferramenta para as tarefas do momento. É nessa obra que Trotsky pôde, naquela época, ser insubstituível.

TEMPO DE DERROTAS

Trotsky equivoca-se em suas previsões, ao fazer um paralelo entre os acontecimentos que se seguiram à I Guerra Mundial e os que poderiam resultar da Segunda. O erro reside no facto de que os movimentos dos trabalhadores encontram-se então em situações muito diferentes. Muitos fatores se acumulam na II Guerra Mundial; mas o qualitativo é, sem dúvida, a contra-revolução burocrática da URSS durante os anos 30. Com um efeito de contaminação sobre o conjunto do movimento operário e seu componente mais revolucionário.

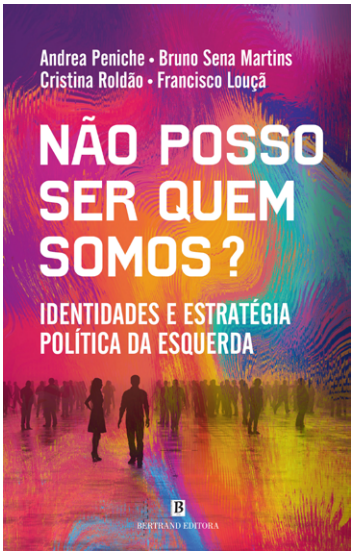
Há aí uma espécie de mal-entendido, do qual a desorientação de muitos comunistas franceses em relação ao pacto germano-soviético é a mais perfeita ilustração. Mas derrotas qualitativas se somam, como a vitória do nazismo na Alemanha e do fascismo na Itália, a derrota na Guerra Civil Espanhola, o esmagamento da segunda revolução na China. Acumulado de derrotas sociais, morais e até físicas, que não podemos imaginar. Mas nunca podemos considerar nunca que tudo estava predeterminado.

Um dos erros importantes de Trotsky é ter imaginado que a guerra significaria inevitavelmente a queda do estalinismo, assim como a guerra franco-alemã de 1870 significou o golpe final do regime bonapartista na França. Estamos em 1945, momentos de estalinismo triunfante, com seus aspetos contraditórios. Tudo isso é muito bem ilustrado no livro de Vassili Grossman, "*Life and Destiny*", sobre a Batalha de Estalinegrado. Por meio das lutas, vemos aí a sociedade despertar e até escapar parcialmente do empreendimento burocrático. Podemos encarar a hipótese de um relançamento da dinâmica de Outubro. Os vinte anos desde a década de 20 são um intervalo curto. Mas o que o livro de Grossman diz a seguir é chocante. Estaline é salvo pela vitória! Os vencedores não são responsabilizados. É o grande problema para a inteligência da época.

As implicações teóricas são importantes. Na sua crítica ao totalitarismo burocrático, se Trotsky vê muito bem a parte da coerção policial, ele subestima o consenso popular ligado à dinâmica faraônica, mesmo a um preço alto, liderada pelo regime estalinista. Há um ponto esquecido aqui que merece ser retomado.

(Continua online)

LEITURAS



NÃO POSSO SER QUEM SOMOS?

Identidades e estratégia política da esquerda

Andrea Peniche | Bruno Sena Martins | Cristina Roldão | Francisco Louçã
2020 | 248 páginas
Bertrand
PVP: 16.60 Euros

«Escrito entre quatro pessoas, este livro regista percursos diferentes, experiências distintas e ideias próprias de cada uma delas, mas, ao mesmo tempo, dá conta de um trabalho coletivo, a oito mãos, de imaginação política sobre a esquerda do futuro. Fazemo-lo discutindo quatro questões e dedicando a cada uma o seu capítulo: o que são as identidades e o que nos define como seres humanos na sociedade em que vivemos, ou como se deve identificar a identidade; como o movimento feminista contribui no mundo de hoje para uma democracia democrática; como se constituiu o capitalismo ao longo da história, criando discriminações inscritas no corpo e na vida de populações submetidas; e, finalmente, como a luta antirracista se define e se envolve com todas as formas de viver a vida.

Nas conclusões explicamos porque entendemos que há um amplo potencial de emancipação e expressão política nesses processos de reconhecimento e quais as possibilidades para alianças mutuamente mobilizadoras, num horizonte que jamais descura a redistribuição e a necessidade de uma resposta anticapitalista de transformação social. Apresentamos assim as nossas propostas sobre como reconstruir e remobilizar a esquerda para vencer a nova direita e queremos discuti-las com quem lê estas páginas.» *(da introdução)*

PÉRIPLO PELOS BARES DO MEDITERRÂNEO E OUTRAS HISTÓRIAS

Ali Duaji
2020 | 132 páginas
E-Primatur
PVP: 13.90 Euros

Ali Duaji é um escritor tunisino da primeira metade do século XX. A sua obra só é reconhecida postumamente, tornando-se uma das referências das letras árabes e um dos escritores de relevo na literatura tunisina. Por cá, à imagem do que sucede com grande parte da produção intelectual árabe, este autor era inédito e desconhecido. O livro que agora se publica é uma compilação de contos e de narrativas de viagem por portos e cidades do Mediterrâneo em que Ali Duaji, com uma prosa ágil e frequentemente bem humorada, apresenta personagens e enredos que nos cativam e que nos surpreendem a cada passo. *Hugo Monteiro*

ACONTECE

AO ENCONTRO!

Reentrée política do Bloco de Esquerda - Porto

A partir do dia 11 de Setembro, em Amarante, e dias 12 e 13 no Porto, o Bloco de Esquerda reabrirá a sua temporada política com um evento alargado, oferecendo à cidade uma montra de luta e de resistência.

11 a 13 de Setembro
Amarante | Porto
Programa e informações em breve

ESCUTAS

RAIA SHOPPING

David Bruno
2020 | Edição de Autor
10 Euros

A 11 de Agosto, mês por excelência das festas da sua aldeia, David Bruno presenteou-nos com o seu terceiro álbum - Raiashopping.

Ao longo de 11 faixas, de mão dada com os inigualáveis solos de Marco Duarte e a presença do DJ António Bandeiras, David Bruno explora o seu próprio conceito de Portugalidade - uma portugalidade que se descola do patriotismo bacoco, homenageando o quotidiano do português comum; do "Café Central" da mais pequena aldeia até ao atravessar da fronteira e a paragem para comprar caixas de "Praliné", conferindo dignidade aos mais pequenos símbolos da vida do "pequeno povo".

Raiashopping é, então, mais uma tese a que este "antropólogo da Era Digital" já nos habituou. E, como sempre, recheado de momentos que nos remetem para uma memória coletiva, tanto nossa, como dele.

Um álbum essencial neste verão tão diferente. *Sofia Oliveira*

CONTACTOS
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**